



FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

PARECER Nº 726/2025/CGCOM/DIRAD
PROCESSO Nº 23034.016472/2023-97
INTERESSADO: DIRAD

ASSUNTO: Análise de Recurso. XM Construções Ltda e Contrarrrazões de Microtécnica Ltda. Edital do Pregão nº 90011/2024.

Análise de Recurso. XM Construções Ltda e Contrarrrazões de Microtécnica Ltda. Edital do Pregão nº 90011/2024.

Senhor Pregoeiro,

Foi demandado para a área administrativa do Pregão nº 90011/2024 a análise do conteúdo apresentado em Recurso por XM Construções Ltda., e Contrarrrazões de Microtécnica Ltda., sobre as quais vale apontar o que se segue.

Alega a recorrente:

Em sessão eletrônica, o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio declararam que a proposta cadastrada não possuía viabilidade financeira, desclassificando a empresa para que não participasse nos itens do grupo 08 e 11 do referido edital. Ao questionarmos sobre o motivo da inabilitação o órgão enviou um ofício em que menciona motivos, no entanto, tal parecer foi realizado somente com base no balanço patrimonial da empresa, nenhuma diligência foi realizada e nenhuma planilha de composição de custos solicitada.

É perceptível que trata-se de decisão arbitrária que prejudica a licitante, sendo que a Administração deve oportunizar ao licitante que comprove a exequibilidade da proposta, bem como sua capacidade de executar os serviços de acordo com os critérios e condições exigidos no edital de licitação sob pena de ofensa ao objetivo de se assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

O licitante deve ser convocado para apresentar de forma detalhada e plausível os seus custos, justificando os valores mais baixos, sob de pena de ser desclassificado. A comprovação da exequibilidade da oferta deve ser feita documentalmente, por meio de planilhas de custos e demonstrativos que evidenciem que o valor ofertado é suficiente para cobrir as despesas de execução dos serviços pelo Contratado.

A administração prejudicou a empresa ao simplesmente desclassificá-la sem dar a oportunidade de apresentar documentação que comprove a execução da proposta, sendo assim, aproveitaremos essa oportunidade para anexar uma planilha de custos, para que possa ser feita uma análise correta das capacidades da empresa.

Apresentou a recorrida:

Entretanto, tais alegações não prosperam.

Nobre pregoeiro, o Edital é claro e objetivo quanto à forma de análise da exequibilidade das propostas apresentadas no presente pregão, conforme a seguir:

“7.6. Independentemente do valor da proposta, para fins de comprovação de exequibilidade da proposta, deverão ser apresentados, antes controle de qualidade: os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

7.6.1. A apresentação da demonstração de resultado de exercício terá de explicitar os itens que compõem: o grupo de receita de vendas; de deduções e impostos; o resultado da receita líquida; o custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos; o resultado do lucro bruto; quais elementos compõem as despesas fixas; e quais compõem as receitas operacionais.

7.6.2. O cálculo de comprovação de exequibilidade da proposta levará em conta a média do resultado obtido nos dois últimos exercícios, excluídas as diferenças de depreciação e amortização e outras contas de ajuste que possam impactar no grau de comparabilidade do valor do objeto a ser fornecido, com base nos valores percentuais que demonstrem a viabilidade econômica e financeira para a entrega do objeto.

7.7. Os cálculos referenciados nos itens 7.5.2 e 7.6.2 deverão estar alinhados com o percentual de 2% dos valores das propostas empreendidas, sob pena de desclassificação, sem prejuízo das demais sanções administrativas, por infração constante do artigo 337-F, do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.

7.8. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.”

Ademais, se a Recorrente entendeu que o Edital possuía certa cláusula restritiva e/ou arbitrária quanto ao método de análise da exequibilidade, poderia ter impugnado o Edital dentro do prazo estabelecido pelas regras do instrumento convocatório, quais sejam:

“13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: e-mail compc@fnde.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço, SBS, Quadra 2, Bloco F, Edifício FNDE, CEP 70.070-929, Setor de Licitação/CGARC/DIRAD.”

Todavia, não o fez.

O subitem 7.6. do Edital estabelece expressamente que, independentemente do valor da proposta, a licitante deve comprovar a exequibilidade da sua proposta mediante a apresentação dos balanços patrimoniais, demonstrações de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais. Tal exigência visa não apenas à análise documental da proposta, mas também ao exame detalhado da saúde financeira e operacional da empresa.

Por sua vez, subitem 7.6.2. do Edital define que o cálculo da exequibilidade será baseado na média dos resultados obtidos nos dois últimos exercícios, utilizando percentuais que demonstrem viabilidade econômica e financeira. Isso significa que a avaliação não se limita à proposta em si, mas à

capacidade real da empresa de executar o contrato de forma sustentável, sem colocar em risco a entrega do objeto lícitado.

Dessa forma, não há qualquer ilegalidade ou desproporcionalidade nas exigências do Edital. As regras foram expressamente previstas no instrumento convocatório, o qual vincula tanto a Administração quanto os licitantes, nos termos do artigo 5º, caput, da Lei nº 14.133/2021. Se a XM CONSTRUÇÕES LTDA. não impugnou essa regra no prazo devido, não pode agora alegar desconhecimento ou discordância do critério adotado.

Em termos práticos, temos que a Recorrente foi reprovada na análise do denominado “EBITDA” (“Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization” – traduzindo: “lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização”), conforme exigido pelo Edital, critério esse que considera não apenas os valores propostos, mas a real viabilidade econômico-financeira da empresa. Esse critério está alinhado com o princípio da seleção da proposta mais vantajosa à Administração Pública, conforme dispõe o artigo 11 da Lei nº 14.133/2021, in verbis:

“Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;

III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Parágrafo único. A alta administração do órgão ou entidade é responsável pela governança das contratações e deve implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o intuito de alcançar os objetivos estabelecidos no caput deste artigo, promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações.”

A XM CONSTRUÇÕES LTDA. não demonstrou, nos termos do Edital, que possui estrutura econômico-financeira adequada para garantir o cumprimento do contrato sem riscos de inadimplemento ou descontinuidade dos serviços.

O EBITDA, ao excluir fatores de depreciação e amortização, evita distorções contábeis e revela a real capacidade da empresa de gerar caixa para cumprir suas obrigações contratuais. Trata-se, portanto, de um critério que impede a burla de sistemas contábeis e tributários e garante que a empresa está operando em conformidade com a legislação.

Diferentemente do que possa alegar a Recorrente, provar que o preço é exequível é relativamente simples; difícil é comprovar a exequibilidade dentro das regras do jogo, seguindo critérios objetivos e transparentes que avaliem não apenas os números isolados da proposta, mas a capacidade contínua de execução do contrato.

Dessa forma, a decisão de inabilitação da empresa não foi arbitrária, mas sim consequência da ausência de comprovação adequada da sua capacidade econômico-financeira, conforme previsto no Edital e exigido pela legislação vigente.

Diante do exposto, restam absolutamente claros e justificados os fundamentos que levaram à inabilitação da XM CONSTRUÇÕES LTDA., haja vista que:

- O método de análise da exequibilidade adotado pelo órgão foi devidamente previsto no Edital e não foi objeto de impugnação pela recorrente;
- A XM CONSTRUÇÕES LTDA. foi reprovada na análise do EBITDA, que visa avaliar a real saúde financeira da empresa e impedir distorções contábeis;
- A exigência do Edital impede a burla de sistemas contábeis e tributários, garantindo isonomia e segurança à Administração Pública;
- A empresa não comprovou adequadamente a viabilidade financeira de sua proposta, conforme exigido pelo Edital e pela legislação de regência.

[...]

Assim sendo, diante de todas as disposições in retro, a Contrarrazoante roga pela manutenção da acertada decisão que desclassificou o Recorrente, bem como, requer que se proceda a imediata inabilitação do licitante XM CONSTRUÇÕES LTDA., bem como a desclassificação de sua proposta, vez que não se justifica na legalidade, e em qualquer outro parâmetro normativo licitatório, a arrematação do Item 11 ao licitante em comento, descumpridor do Edital e da Lei.

É o que basta relatar.

I. CARACTERIZAÇÃO DA DIFERENÇA DE EXEQUIBILIDADE E DE INEXEQUIBILIDADE.

1. Por mais remansoso que seja aportar a mesma explanação, de valia será não afastar conceitos os mais tranquilos que são trabalhados nesse processo de análise.

2. Assim, a exequibilidade de uma proposta é a possibilidade de execução lícita e viável, enquanto a inexecuibilidade é a incapacidade de apresentar compensação financeira:

Exequibilidade

2.1. A exequibilidade de uma proposta é a possibilidade de execução lícita e viável, de acordo com os conhecimentos técnicos do momento.

2.2. A **exequibilidade** refere-se à possibilidade real de executar o objeto da licitação com os recursos e condições propostos, do início ao fim do vínculo jurídico com a Administração Pública. Uma proposta exequível deve ser tecnicamente e financeiramente viável, ou seja, a empresa deve ser capaz de cumprir o contrato nos termos propostos e durante toda a sua vigência, considerando:

- a) A adequação de preços (compatibilidade com os valores de mercado);
- b) A viabilidade técnica (capacidade de realizar o serviço ou fornecer o produto de acordo com as especificações do edital);
- c) O cumprimento dos prazos estabelecidos, além dos quesitos de qualidade e entrega;
- d) A observância de normas legais e regulatórias aplicáveis.

2.3. *Exemplo:* Se uma empresa propõe um valor que cobre os custos de execução do contrato, levando em consideração a qualidade exigida e as condições técnicas impostas, sua proposta pode ser considerada exequível.

Inexequibilidade

2.4. Uma proposta é considerada inexecuível quando não é capaz de apresentar compensação financeira, considerando os custos e encargos contratuais. No contexto de licitações, a Nova Lei de Licitações determina que as propostas manifestamente inexecuíveis sejam desclassificadas. E segundo o **art. 64**, quando apresentada a documentação referente à comprovação de que a inexecuibilidade é suplantada, há possibilidade de contorno da situação em casos muito específicos, nenhum deles plausível por hora; essa documentação deve ser apresentada de pronto quando instado pelo agente da contratação.

2.5. A **inexequibilidade** refere-se à inviabilidade de uma proposta, geralmente quando ela apresenta valores excessivamente baixos, que não cobrem os custos necessários para a execução do contrato ou não atendem às condições técnicas e legais exigidas no edital, ocasionando a não

entrega do objeto proposto desde o início do vínculo com a Administração Pública. Ou seja, a proposta inexequível não seria viável, pois, ao ser aceita, a empresa possivelmente não conseguiria cumprir o contrato.

2.6. A Lei nº 14.133/2021, em seu **art. 59**, trata da **inexequibilidade** de propostas, estipulando que a administração pode desclassificar propostas cujos valores sejam incompatíveis com a realidade, ou seja, não garantam a execução adequada do contrato.

2.7. *Exemplo:* Uma proposta com preço muito inferior ao de mercado, sem uma justificativa plausível (como um diferencial técnico ou vantagem de escala), pode ser considerada inexequível, pois sugere que a empresa não conseguiria fornecer o serviço ou produto conforme as especificações do edital.

3. Portanto, **exequibilidade** está relacionada à capacidade de executar o contrato de maneira realista e viável, enquanto **inexequibilidade** aponta para a impossibilidade ou inviabilidade de cumprir as obrigações do contrato dentro dos parâmetros estabelecidos, com a possibilidade de inexistir qualquer compensação financeira para a inexecução contratual.

II. ANÁLISES ECONÔMICAS PARA EXEQUIBILIDADE E O EBITDA PARA A INEXEQUIBILIDADE.

4. Conforme consta do item 7.6, bem como em atenção a outros comandos do Edital do Pregão 90011/2024, a fim de se obter de maneira matemática e objetiva um critério acerca da exequibilidade das propostas. Sobre tais itens, não houve impugnação que tenha prosperado em afastar a inteligência do Edital.

5. A exequibilidade necessariamente não é mensurada com base em apenas um índice ou indicador. Deve ser, portanto, analisado em caráter amplo, para se averiguar a higidez de qualquer sociedade empresarial, no desenvolvimento de projetos específicos, com base no valor a ser objeto da operação como um todo.

6. O EBITDA é frequentemente usado como uma *proxy* para entender a verdadeira lucratividade operacional de uma empresa. Ele fornece *insights* sobre as atividades principais do negócio ao remover os efeitos de despesas não operacionais e as escolhas contábeis sobre depreciação e amortização. Investidores e analistas costumam olhar para o EBITDA para ter uma noção de quão bem uma empresa está gerando lucros apenas de suas operações. Portanto, estaria alinhado com a inexequibilidade de uma proposta, considerada a operação.

7. O EBITDA, sigla em inglês para *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation, and Amortization*, significa Lucros antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização. Esse indicador financeiro é amplamente utilizado para medir o desempenho operacional de uma empresa. Ao excluir os efeitos de financiamento, políticas fiscais e depreciação/amortização de ativos, o EBITDA foca na capacidade de geração de caixa operacional da empresa.

8. Uma das principais vantagens do EBITDA é facilitar a comparação entre empresas e setores diversos, já que elimina variáveis que podem distorcer a análise, como diferenças nas alíquotas de impostos, estruturas de financiamento e políticas contábeis sobre depreciação. Dessa forma, investidores e gestores podem avaliar a eficiência operacional e o potencial de geração de caixa, sem que as particularidades contábeis interfiram significativamente.

9. O EBITDA também é utilizado para medir o incremento patrimonial ao analisar se uma empresa está gerando receita suficiente para cobrir seus custos operacionais e ainda ter um potencial de crescimento. Se uma empresa possui um EBITDA positivo e crescente, isso pode indicar

saúde financeira e capacidade de expansão. Por outro lado, um EBITDA negativo ou decrescente pode sinalizar problemas operacionais ou falta de eficiência na gestão.

10. Além disso, o EBITDA é uma ferramenta útil na análise de exequibilidade de projetos. Antes de iniciar um novo empreendimento ou investimento, as empresas podem projetar seu EBITDA para verificar se os fluxos de caixa futuros serão suficientes para cobrir os custos operacionais adicionais. Empresas com um EBITDA robusto têm mais flexibilidade para investir em novos projetos, enquanto aquelas com um EBITDA mais frágil podem precisar ser mais cautelosas.

11. Entretanto, é importante lembrar que o EBITDA tem suas limitações. Ele não considera o impacto de despesas de capital, mudanças no capital de giro e obrigações financeiras e tributárias. Portanto, ele não deve ser utilizado isoladamente, mas em conjunto com outros indicadores financeiros para uma análise mais completa. Dessa forma, uma análise sobre as demonstrações contábeis da sociedade empresarial, alinhada a tal índice, traria a confiança plena por garantir a execução do instrumento e afastar a inexecução com as entregas dos bens convencionados.

12. O lucro líquido, por outro lado, também conhecido como lucro líquido ou resultado final, é o lucro total de uma empresa após todas as despesas terem sido deduzidas da receita total. Isso inclui deduções para custos de bens vendidos, despesas operacionais, juros, impostos, depreciação e amortização. O lucro líquido é uma medida abrangente da lucratividade de uma empresa. É a medida final da lucratividade de uma empresa disponível para os acionistas e serve como um indicador principal da saúde financeira da empresa.

13. Resumindo, o EBITDA foca puramente na eficiência operacional ao excluir despesas não operacionais, enquanto o lucro líquido fornece uma visão completa da lucratividade incluindo todas as despesas e receitas.

14. Tanto o uso do EBITDA quanto a análise do valor do projeto sobre o PL (Patrimônio Líquido) são informações significativas para a análise de exequibilidade de projetos de uma empresa. Vamos detalhar cada um:

I - EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation, and Amortization):

- a) O EBITDA é uma medida que mostra o desempenho operacional de uma empresa sem considerar efeitos financeiros, fiscais e contábeis.
- b) Ele é útil para avaliar a capacidade de geração de caixa da empresa.
- c) Para projetos, o EBITDA pode indicar se a operação do projeto será capaz de sustentar os custos operacionais e gerar lucro suficiente para cobrir despesas financeiras e outros compromissos.

II - Valor do Projeto sobre o Patrimônio Líquido e outras unidades geradoras de caixa:

- a) A relação entre o valor do projeto e o PL indica o impacto financeiro do projeto nos recursos próprios da empresa.
- b) Um valor de projeto muito alto em relação ao PL pode representar um risco elevado, comprometendo a saúde financeira da empresa se o projeto não for bem-sucedido.
- c) Ao contrário, um valor de projeto mais baixo em relação ao PL pode indicar que a empresa está utilizando seus recursos de forma mais conservadora.

15. Ao considerar ambas as métricas:

I - Viabilidade Econômica: O EBITDA fornece uma visão clara da geração de caixa e, conseqüentemente, da viabilidade econômica do projeto. Se o projeto mostra um forte EBITDA, é um sinal positivo de que ele pode ser sustentável.

II - Viabilidade Financeira: A relação valor do projeto/PL ajuda a identificar se o projeto pode sobrecarregar os recursos financeiros da empresa. É uma medida de prudência financeira que permite avaliar o risco envolvido.

16. Portanto, essas informações são cruciais e complementares. O EBITDA ajuda a avaliar a viabilidade operacional e o fluxo de caixa, enquanto a análise do valor do projeto em relação ao PL ajuda a mensurar o impacto financeiro e o risco associado ao projeto. Utilizando essas duas métricas, a empresa pode tomar decisões mais equilibradas e informadas sobre quais projetos são exequíveis e que podem trazer valor sem comprometer sua saúde financeira.

III. ANÁLISES ECONÔMICAS PARA EXEQUIBILIDADE COM AVALIAÇÃO DE BALANÇO E DRE E PROPOSTA

17. O que se propôs como sistemática de análise para o conjunto das empresas, em relação à exequibilidade e à inexecuibilidade, de forma simplificada foi a seguinte: tendo-se que o setor é variado na presente licitação, há a necessidade de análise de EBITDA de propostas abaixo do valor estruturado abaixo de 50% do convencionado como preço estimado pelo FNDE, e, assim, para a análise da exequibilidade analisou-se a conta de Resultado, em média de dois exercícios, cumulada com o valor das depreciações e amortizações, caso tenham sido verificadas, pois as despesas com depreciação são redutoras do resultado e podem mascarar situações em que empresas tenham um estoque por vender ou entregar; ainda, foram consideradas as reservas e demais análises estruturais do patrimônio, tendo-se enfoque da capacidade geradora de caixa e suporte de despesas vinculadas à tributação. Essa análise centrou-se sobre ajuste na viabilidade econômica. As demais despesas não operacionais permaneceram no cálculo, pois demonstram a situação financeira e de eficiência econômica dos possíveis fornecedores.

18. Ademais, continuou-se adotando como critério de análise o comparativo do objeto da viabilidade, como acima metodologicamente explanado, com uma relação do projeto, no caso, em mesma sintonia com o Edital, em percentual de cada setor - o retorno esperado do mercado (observar qual seja o item do Edital) do valor ofertado como proposta para o item analisado no Pregão; tal percentual foi baseado em relação à margem de operações observáveis no setor, e, desse modo, ao se proceder com sua comparação, tem-se possível sintonizar se a atual estrutura empresarial pode ou não fazer frente às demandas que hão de ocorrer até o final da oferta dos itens registrados para as atas de registro de preço a serem firmadas.

19. A TIR deve ser calculada igualando a fórmula do VPL a zero:

$$VPL = \sum \frac{FC_t}{(1 + TIR)^t} = 0$$

20. Para fins de fluxo de caixa, será adotado o fluxo de caixa operacional (FCO), em função dos dois períodos colacionados e exigidos nas demonstrações a serem apresentadas durante a fase de julgamento, podendo ser adotada a fórmula de cálculo abaixo, a depender de como tenha sido apresentada a demonstração contábil:

- 20.1. FCO = Lucro Líquido + Juros + Depreciação
- 20.2. A análise do EBITDA não são feitas, desse modo, sem considerar outros tantos elementos válidos para sua consubstanciação.
21. Assim, são ainda levados em consideração de análise para uma melhor aproximação com a proposta: **Liquidez, Endividamento, Capital de Giro, Qualidade dos Ativos** (proporção do imobilizado), **Receita Operacional, Custos Fixos vs. Variáveis, Impacto na TIR e composição do EBITDA**.
22. Considerando o caso da Empresa XM Construções Ltda, há algumas ponderações sobre a análise que se procedeu sobre seu balanço e DRE, conjuntamente com o fluxo de caixa e as suas receitas operacionais e não operacionais.
23. Qualquer contador, analisando as demonstrações apresentadas, poderia se questionar: se uma empresa possui receitas operacionais três vezes menores que as receitas não operacionais, pode-se considerar que o EBITDA apresentado, mesmo sendo positivo, não possui risco de ser adimplido, uma vez que a operação da empresa não é o fato representativo da receita da empresa. Ademais, não são as receitas "não operacionais" aquelas em que se considera serem flutuantes e alheias ao objetivo de existência de determinada sociedade empresarial? Portanto, existe um risco e a preocupação de tal contador seria válida e fundamentada.
24. Assim, apresentou-se à Empresa XM Construções Ltda o parecer sobre sua proposta, que fazia-se constar o seguinte quadro, e, em função do presente recurso não adequadamente fundamentado, talvez por dúvida do contador sobre a matéria, abaixo aumentamos as explicações, para a maior simplificação possível do assunto:

Adicionalmente, quanto aos custos apresentados pela Empresa, há margem de lucro considerável com a realidade, tendo-se por base a lógica da Demonstração de Resultado apresentada?	Não está adequado ao modelo operacional da Empresa, conforme estrutura das Demonstrações Contábeis, analisando-se também as entregas e os custos de oportunidade operacionais envolvidos na capacidade produtiva, tendo as receitas operacionais impacto não abrangente no resultado.
--	---

IV - EXPLANAÇÕES PORMENORIZADAS SOBRE A RECEITA NÃO OPERACIONAL

25. Conforme os Livros "Teoria da Contabilidade", de Sérgio Iudícibus, e "Teoria da Contabilidade" de Eldon Hendriksen e Michael Van Breda, podemos extrair o seguinte:
1. EBITDA positivo x Risco de Adimplência

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation, and Amortization) reflete a geração de caixa das **operações principais** da empresa. Se as receitas operacionais são três vezes menores que as não operacionais, isso indica que a empresa depende mais de atividades **não relacionadas ao seu negócio principal** (ex: vendas de ativos, rendimentos financeiros, ganhos cambiais).

- **Risco de Adimplência:**
Mesmo com EBITDA positivo, se a empresa depende de receitas não operacionais para sustentar seu fluxo de caixa total, há riscos significativos:
 - **Volatilidade:** Receitas não operacionais são geralmente imprevisíveis (ex: ganhos pontuais com vendas de imóveis, variações cambiais).
 - **Sustentabilidade:** O EBITDA pode mascarar uma **ineficiência operacional**, já que o lucro operacional é marginal comparado às receitas não operacionais.
 - **Endividamento:** Se a empresa tem dívidas, sua capacidade de pagamento (via fluxo operacional) pode ser comprometida se as receitas não operacionais caírem.

2. Receitas Não Operacionais: Caráter Flutuante e Alheio à Atividade-Fim

Você está correto. Receitas não operacionais são:

- **Flutuantes:** Não estão ligadas à atividade principal da empresa (ex: rendimentos de aplicações financeiras, ganhos com venda de subsidiárias).
- **Alheias ao objetivo social:** Representam eventos atípicos ou complementares, não refletindo a competência da empresa em seu mercado principal.

3. Implicações Práticas

- **Análise de Risco:** Um EBITDA positivo baseado em operações marginais (receitas operacionais pequenas) não garante segurança, pois:
 - A empresa pode estar usando receitas não operacionais para "mascarar" baixa eficiência operacional.
 - Credores e investidores priorizam receitas operacionais sustentáveis, pois são previsíveis e vinculadas ao core business.
- **Valor da Empresa:** Empresas com alta dependência de receitas não operacionais tendem a ser desvalorizadas, pois o mercado desconfia da perenidade desses ganhos.

V - CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

26. Portanto, o que se pode concluir é que **sim, há risco de inadimplência**, mesmo com EBITDA positivo. A saúde financeira de uma empresa deve ser avaliada pela **sustentabilidade das receitas operacionais**, que refletem sua capacidade de gerar caixa de forma consistente.

Receitas não operacionais são importantes, mas não substituem a necessidade de um modelo de negócios operacionalmente eficiente. Recomenda-se analisar métricas como **EBITDA ajustado** (excluindo itens não recorrentes) e o **fluxo de caixa livre operacional** para uma avaliação mais precisa.

27. Por tal razão, a empresa XM Construções Ltda não pode, com base no valor de sua proposta, alcançar a execução de ata de registro de preços, que, como é de ciência geral, tende a ter execução efetiva ao final do exercício financeiro, não quando de sua celebração.

28. Ademais, **crê-se igualmente pertinentes e corretos todos os apontamentos em Contrarrazões da empresa Microtécnica Ltda.**

29. Assim, somadas às contrarrazões da Microtécnica Ltda, apresenta-se conjuntamente o conteúdo acima explanado do presente parecer ao Pregoeiro, para sua resposta à interposição de recurso manejada.

[conforme data e assinatura digital]

ANDREY DE SOUSA NASCIMENTO

COORDENADOR-GERAL DE MERCADO, QUALIDADE E COMPRAS



Documento assinado eletronicamente por **ANDREY DE SOUSA NASCIMENTO, Coordenador(a)-Geral de Mercado, Qualidade e Compras**, em 25/03/2025, às 15:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput e § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#), embasado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria MEC nº 1.042, de 5 de novembro de 2015](#), respaldado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria/FNDE nº 83, de 29 de fevereiro de 2016](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.fnde.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4706754** e o código CRC **3FD79DAA**.